



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### Ata 198ª Reunião Ordinária

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, às quinze horas, através de videoconferência ([/meet.google.com/vkp-rktf-spt](https://meet.google.com/vkp-rktf-spt)), reuniu-se o Conselho de Alimentação Escolar do Estado de Minas Gerais (CAE/MG) para a 198ª Reunião Ordinária tendo como pauta: 1) Aprovação da ata da 196ª Reunião Ordinária, de 02/09/2021 e 197ª Reunião Ordinária, de 07/10/2021; 2) Relato da Reunião do Controle de 19/10/2021; 3) Audiência Pública, com a participação da Presidente Célia de Lima, no dia 25/10; e 4) Assuntos Gerais. Com a presença dos conselheiros: Célia de Lima Carvalho, Maria Helena Gabriel, Neuzete Fátima Lima, Múcio Alberto Cordeiro e Umbelina da Conceição Rodrigues (representantes dos educadores/Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais/SindUTE/MG); Joseane Maria Pascoal de Moura e Tânia Aparecida da Silva Oliveira (representantes Quilombolas da N'Golo); Ellen Vieira Santos (representante da Sociedade Civil - FETAEMG); Valeria Batista Nascimento, Erika Ersinzon e Thaís Ferreira de Alencar Freitas (representantes do Executivo da Secretaria de Estado da Educação/MG); Luciana Caldeira de Paula Ricardo (representante da sociedade civil - Conselho Regional de Nutrição- CRN-9); Andréa Oliveira Souza de Souza (representante de pais de alunos - Colegiado da EE Instituto de Educação de Minas Gerais) Como convidado: Fábio Proença e Júlia Sanders Paolinelli - Representantes DIEESE- SINDUTE.) Maria Aparecida Nobre (Diretoria de Prestação de Contas do órgão central da Secretaria de Estado da Educação/MG) e Rodrigo Marçal Dos Santos (indicado à conselheiro pela FASPA) Equipe Executiva: Janete Gonçalves, Júnia Kátia da Silva e Rosimária R. Pinheiro.

Ausências justificadas: Manoel Rosalvo Pereira e Paulo Gustavo Grossi (representantes dos educadores/Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais/SindUTE/MG), Ercivane Aparecida da Silva Brito (representante de pais e alunos do Colegiado da EE Leon Renault), Marco Antônio David de Melo (representante de pais e alunos do Colegiado da EE Caetano Azeredo) e Flávia Cristina Fernandes de Araújo (representante de pais e alunos do Colegiado da EE Pedro II). A Presidente Célia de Lima cumprimenta a todos os presentes e inicia a reunião falando que todos receberam antecipadamente a pauta da 198ª Reunião Ordinária, que são a aprovação das Atas 196 e 197 para leitura e alterações se necessário, Prestação de Contas 1º Semestre de 2021, a participação do Conselho na reunião de Controle Social, que aconteceu dia 19 de outubro de 2021, e a Audiência Pública, da qual participou no dia 25 de novembro de 2021. Pergunta se as Atas 196 e 197, após feita as correções necessárias, podem ser aprovadas e todos concordam. É informado que essas Atas farão parte da verificação on line do CECANE ao CAE/MG. Fala também da ausência de alguns conselheiros nas reuniões, e da importância e da responsabilidade da participação de todos nas reuniões do Conselho. Após passa para o próximo ponto de pauta que é análise de Prestação de Contas, e diz que foram feitos alguns questionamentos sobre a Prestação de Contas 1º Semestre 2021, e encaminhado à SEE/MG, e pergunta se foi respondido. A conselheira Thaís pede a palavra e fala que ficaram pendentes as questões 4, 6 e 8. E fala que a questão 4 é: Qual o motivo das 68 escolas não receberem nenhuma parcela do recurso do PNAE e 43 escolas receberem apenas uma parcela no 1º semestre. A questão 6 encaminhava uma planilha com as caixas escolares que não receberam

repassa do PNAE em cada mês, e foi solicitado qual o motivo dessas caixas escolares não terem recebido repasse, se houve prejuízo na oferta desses alimentos ou na distribuição dos Kits no período que não houve repasse, e se não, por qual motivo não houve prejuízo na distribuição dos Kits. Diz que disponibilizou no Drive, na pasta 2º Trimestre PNAE 2021, uma planilha com nome CAE escolas que não receberam parcelas respostas SREs ([https://docs.google.com/spreadsheets/d/1G-7CC1rujC6pDBPdTA7e\\_Cy4tH24pOpC/edit#gid=1354187647](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1G-7CC1rujC6pDBPdTA7e_Cy4tH24pOpC/edit#gid=1354187647)) e nessa planilha estão todas as justificativas quanto ao repasse e a oferta de alimentos para conferência e análise dos conselheiros e também do Técnico do DIEESE, o senhor Fábio. Diz que, além dessa justificativas, destaca que a SEE monitora regularmente o prazo determinado o repasse dos recursos, e que segundo as SRE's não houve relato de prejuízo na oferta da alimentação escolar. Diz que também ficou pendente a questão 8, que fala sobre o Portal da Transparência, onde foi encaminhado um Fale Conosco para a SEE com a pergunta: No Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais, mostra que houve gastos com os conselhos CAE e FUNDEB, no valor de R\$1.573.000,00 (um milhão, quinhentos e setenta e três mil), no 1º semestre de 2021, porém nesse período, os conselhos funcionaram de forma remota, qual a justificativa para esse valor? E a conselheira Thaís continua sua fala, informando que foi enviado um Fale Conosco para SEE, antes lembra que na reunião passada apresentou a resposta do Fale Conosco da Controladoria Geral, e que a resposta foi a seguinte da SEE: informou que os dados disponibilizados no Portal da Transparência sob Gestão da CGE, são extraídos de forma automática do SIAFI, (sistema integrado de administração financeira) e diz que, para fins de esclarecimentos, foi disponibilizado no drive ([https://docs.google.com/spreadsheets/d/1bdMhH\\_-GatWGrfw4doZMisq8KJ-AvNlq/edit#gid=1453252558](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1bdMhH_-GatWGrfw4doZMisq8KJ-AvNlq/edit#gid=1453252558)) e nessa planilha é possível verificar que as ordens de pagamentos acatadas pelo Banco, na coluna N, mostra o real gasto com os conselhos, até a data em que foi gerada, dia 07 de outubro de 2021, que foi de R\$24.292,99 (vinte e quatro mil, duzentos e noventa e dois reais e noventa e nove centavos). Os valores restantes são Ordens de Pagamentos que foram canceladas, o que não bate com o real gasto com o Conselho. Fala que essas foram as questões que ficaram pendentes e passa a palavra para os conselheiros que tiverem alguma dúvida. O Convidado Fábio, do DIEESE, fala que viu a tabela encaminhada, e fez um balanço das respostas, que das 68 escolas que ficaram sem receber alguma parcela, 31 não estão aptas a receber recursos do PNAE por serem do sistema prisional, 3 escolas por troca de gestor e demora na assinatura de termos de compromissos, 2 escolas são indígenas, e quem faz a compra é a SRE, e para outras 32 escolas não houve resposta. E referente a 43 escolas que receberam apenas uma parcela, 10 escolas são problemas com assinatura de termos de compromissos, 3 escolas bloqueadas, e não foi relatado o motivo, 2 escolas alegaram que receberam normalmente os recursos, e para 28 escolas não houve resposta. O convidado Fábio continua falando que referente a questão 6, que fez uma tabela, por exemplo, no mês de fevereiro, todas as escolas que não receberam recurso; em março todas as que não receberam recurso e assim até o mês de junho, e encaminhou para SEE com os questionamentos de porquê não houve repasse, se houve ou não prejuízo, e diz que na tabela recebida por ele, não está a resposta do que foi perguntado, diz que na tabela está a pergunta: Justifique porque as escolas não receberam nenhuma parcela do recuso do PNAE no 1º semestre, e a maioria das escolas disse que receberam normalmente, só quem essa pergunta é para um mês específico, o mês de março, e ficou confuso, pois a maioria das escolas disseram que receberam o recurso. Fala também que foi feito um requerimento de nº 1, para a SEE, a lista da distribuição dos Kits de alimentação escolar, foi encaminhado e os dados que apurou foram os seguintes: 2.500 (duas mil e quinhentas) escolas distribuíram ao menos 1 kit, das 3.531 (três mil, quinhentos e trinta e uma) escolas, ou seja, ¼ das escolas, 939 (novecentos e trinta e nove) escolas não distribuíram kit alimentação no 1º semestre de 2021. A Presidente Célia pede a palavra e fala através desde levantamento feito pelo Fábio do DIEESE, alguns pontos chamam sua atenção, 939

(novecentos e trinta e nove) escolas que não distribuíram nenhum kit, e pergunta se essa quantidade de escolas estão nas que não receberam recurso e se não receberam não sabemos qual o motivo. Fala que por diversas vezes é encaminhado vários Ofícios, são reiterados diversas vezes, solicitando respostas aos muitos questionamentos feitos, sem respostas, ou com respostas que demoram muito ou são respostas inconsistentes, que não atendem a este Conselho. Diz que não consegue entender que, se uma escola não recebeu recurso, não distribuiu nenhum Kit, como diz que não houve prejuízo? Fala que há várias pendências, até mesmo de 2020, e relembra da 46ª Reunião Extraordinária, que ocorreu no dia 29 de abril de 2021, em que foi tratado a Prestação de Contas, referente a 2020, e faltou o Relatório de aquisição da Agricultura Familiar por escola, foi encaminhado o Relatório, porém sem as justificativa do porque das escolas não atingiram o percentual mínimo, a justificativa da distribuição dos Kits é superior ao número de matrícula, a justificativa dada no Portal da Transparência sobre gastos com o Conselho, a justificativa de não repasse em algum mês para as escolas, as pendências de 2021, também sobre o Ofício encaminhado para SEE sobre a questão do funcionamento híbrido que chegou somente em outubro, e as aulas já estão presenciais, pergunta qual a justificativa de 32 escolas não receberem os recursos, e as 28 escolas que só receberam uma parcela? A SEE respondeu parcialmente o questionamento, essas 939 escolas que não distribuíram os Kits Alimentação. Diz que são muitas perguntas sem respostas ou resposta que não atendem a este Conselho. E sugere que a partir de agora faça encaminhamento para SEE e provoque o Ministério Público, assim como o Tribunal de Contas para que se resolva essa situação. Passa a palavra para o conselheiro Mucio, que diz que concorda com as palavras da Presidente Célia. E o Conselho, que é um organismo de defesa social importantíssimo para a sociedade e tem como objetivo construir na política pública da alimentação escolar em Minas Gerais, pois essa é a função do Conselho, e que teremos que pensar a partir dessa situação, qual a posição do Conselho. Fala que na reunião que o Conselho teve com as regionais, ele se sentiu "abusado", pois se omitiu no momento que poderia falar, pois se sente que deve falar, fala, porém, ficou calado, mesmo sendo representante da sociedade, e com relação ao ensino híbrido, o estado só respondeu quase no final da pandemia e retorno às aulas presenciais, e há outras demandas que nunca recebemos retorno. Diz que, com relação aos Kits, o Estado começou a distribuição sem ao menos comunicar e responder aos questionamentos, antecipadamente ao Conselho. Diz que o Conselho é parceiro desse processo. E não se cansa de falar que essa é a melhor política social do mundo. Não há outro programa no mundo com essas características. E não adianta visitar escolas e questionar o que não estão cumprindo, se o Estado não responde aos questionamentos do Conselho e tampouco corresponde às expectativas. Diz que se sente preocupado, pois cada SRE pratica uma política diferente do outro. Relembra que está entre duas SRE's que necessitam de orientação. Sendo que uma já distribuiu o 4º kit e a outra está no 3º Kit. Percebe-se o quanto há necessidade de orientação, o Estado precisa comunicar, tanto para dentro, quanto para fora. Para dentro, para tornar a política uniforme, e para fora, para responder aos questionamentos da sociedade. A conselheira Maria helena pede a palavra para perguntar também aos outros: qual o papel que este Conselho está tendo, esse grupo que deixa seus afazeres particulares, que procura acertar, se tantas escolas ficaram sem distribuir os Kits, a irresponsabilidade desse Governo que não nos ouve. Não quer saber quem o contesta. E quem o contesta, para ele, é um zero à esquerda. E esse Conselho falou durante esse tempo todo que as escolas ficaram fechadas, porém a fome é grande, assim como as necessidades. E relata o fato de o Governador ir até a cidade de Uberaba, na APAE e dizer que parte de seu salário será para ajudar a APAE enquanto ele for Governador, assim como ele fez em escolas em Uberaba. E daí, pergunta qual o papel do Conselho, que chega em uma escola para ver o que está fora do lugar, que os professores estão fazendo Kit com macarrão e algumas bolachas que chegam, e até salsicha viu, o que é proibido, quando se fala em 939 escolas que ficaram sem receber para confeccionar os Kits, é muita coisa. Quando se visita uma escola, o diretor diz que não recebeu recurso.

Faltam poucos dias para o fim do ano. E qual nossa postura como Conselheiro? E não estamos tendo essas respostas. Não podemos nos calar e esperar que o Governo acabe também com esse Conselho que merece ser respeitado. E o convidado Rodrigo Marçal pede a palavra para concordar com tudo o que foi dito pela conselheira Maria Helena e também pela Presidente Célia, com relação a acionar o Ministério Público para resolver essa questão da alimentação escolar. A Presidente Célia diz que concorda com a conselheira Maria Helena, pois há uma preocupação enorme de outros conselhos em que ela faz parte, o do controle Social, que une o CONSEA, EMATER, FETAEMG e outros grupos. E diz que gostaria que os conselheiros do CAE voltassem a participar dos encontros. E fala que foi solicitado antes mesmo da pandemia, a questão do contrato das nutricionistas, também foi questionado ao Estado sobre a necessidade da não interrupção dos trabalhos dessa profissional, porém houve problemas jurídicos e o Estado ficou mais de um ano sem essas profissionais, e até hoje não se resolveu 100 por cento. Foi solicitado a participação sobre a discussão das cantinas, a participação nos grupos de Controle Social, sobre um possível retorno ao ensino presencial e a discussão foi encerrada sem ao menos o Conselho ser consultado. Diz que temos que tomar uma decisão a partir do que foi discutido aqui, principalmente nesse momento em que vivemos, com pessoas passando fome, correndo atrás de caminhão de lixo, famílias com pais desempregados. Enquanto grupo de Controle Social temos que nos posicionar e já que não estamos sendo ouvidos e deixados de lado, temos que provocar. A seguir fala da sua participação na reunião da Audiência Pública, no dia 25 de outubro, convocado pelo Deputado Ilton Rocha, do MDB, sobre o descumprimento da Lei 13.987, onde participaram Minas Gerais, Rio de Janeiro, Belém, Maranhão, Santa Catarina, representantes do FNDE, todos reunidos para discutir questões que já estamos discutindo há tempos, se juntado a outros grupos para que haja o cumprimento da legislação, e essa lei é do início do ano de 2020, e o nosso estado começou a cumprir parcialmente a partir do mês de julho/agosto de 2020, com a distribuição de pouquíssimos Kits. Portanto, temos que ter consciência do nosso papel enquanto conselheiros, desse Programa de Alimentação Escolar, e reforça a fala do conselheiro Múcio, que é um dos melhores programas de alimentação mundial que existe. O conselheiro Múcio pede a palavra e diz que a demora na troca de gestores vem trazendo prejuízos para alimentação escolar, e acredita que o estado deveria ter meios para resolver essa situação mais breve possível, pois não justifica escolas com até seis parcelas em atraso em função de troca de gestores, diante da necessidade de rapidez, é preocupante. A Presidente Célia pergunta como fica a aprovação dos conselheiros frente aos questionamentos feitos sobre a alimentação escolar, e como faremos a análise da Prestação de Contas e aprovar, e pergunta, se aprovaremos com ressalvas e passa a palavra aos conselheiros para que eles também opinem. O conselheiro Mucio diz que o Conselho sempre está aprovando com ressalvas para que as coisas caminhem, mas nunca recebemos resposta dos questionamentos feitos. Ao mesmo tempo se não aprovarmos, as escolas ficam sem recurso, e há muitos que serão prejudicados, temos essa preocupação. A conselheira Valéria pede a palavra e diz que gostaria de esclarecer que foram respondidos os questionamentos de algumas escolas não terem recebido os recursos de 2020, que são alunos do EJA e indígenas. As escolas que trocam de gestor, a orientação repassada durante esse período é que a SRE faça a aquisição e repasse às escolas para que essas não fiquem sem atendimento. O ano de 2020 foi muito complicado para as escolas. Para se adequarem às compras dos Kits e todos os problemas que surgiram. Diz que em 2021 foram sanados muitos problemas. E a cada parcela repassada para as escolas, é feito o monitoramento e acompanhamento, como por exemplo, a SRE tem até o 5º dia útil para fazer o pagamento. E a partir daí, levantamos quem não recebeu, e a SRE tem que informar porque as escolas não receberam, e pergunta ao convidado Fábio se era isso o solicitado, ou outra lista. E o convidado Fábio responde que encaminhou um anexo, junto aos questionamentos com todos os CNPJs e nomes das escolas que não receberam, onde consta as 68 escolas, e numa outra aba tem a questão 4, de

escolas que não receberam, em outra aba, tem o questionamento 6, que é por mês. E a informação do mês de maio está faltando. A conselheira Valéria diz que cada aluno tem direito a R\$0,72 (setenta e dois centavos), o recurso recebido é muito pouco, não dá para adquirir um Kit melhor. E diz que se for necessário, responder algum questionamento, ela pode repassar esses questionamentos às Regionais para que falem o porquê não receberam o recurso. O convidado Fábio diz que já foi repassado à SEE, então a conselheira Valéria diz que não recebeu. O conselheiro Mucio fala que o diálogo com as SRE's era justamente esse, para saber o que fazer e como fazer com o recurso, e poucos superintendentes se posicionaram. Precisamos ampliar os canais de diálogos. Começando do chão da escola até chegar na SEE. Ter diálogos mais consistentes e mais ágil. Fala que a primeira reunião que tinha poucas pessoas houve mais diálogo do que na que tiveram mais superintendentes. A conselheira Thaís pede a palavra e solicita que seja repassado para a Equipe Executiva, para formalizar os questionamentos pelo SEI, pois com esses dados no SEI é mais fácil de cobrar respostas da SEE. Diz que alguns questionamentos não conseguiu responder porque estava de licença maternidade, e está retornando agora com a Prestação de Contas, e que não viu os documentos que o senhor Fábio encaminhou com essas abas. Que tomou base a partir dos dados e do que foi tratado na reunião passada, e pede que repasse esses dados para ela. A Secretária Executiva Janete diz que já tem um processo aberto no SEI sobre a Prestação de Contas 2020, com todas as informações. A conselheira Thaís agradece a informação, porque assim o processo anda mais claro e acessível, e cobrar respostas de quem deve. A Presidente Célia diz que, então voltaremos a fazer a Prestação de Contas na próxima reunião. E relata informações sobre as reuniões do Controle Social, cujo grupo foi formado no início da pandemia, por diversos segmentos como o CAE, FETAEMG, SEDESE, CONSEA, CRN9 e vários outros, e nesta reunião ocorrida no dia 19 de outubro, foi reafirmado a importância do grupo permanecer juntos, pois só conseguiremos respostas através da união desses diversos atores, e surgiu para que se chegasse a uma alimentação saudável, avaliar os impactos da Agricultura Familiar, e nesta última reunião foi discutido o P.A.A. como finalidade básica de promover o acesso à alimentação e incentivo ao cultivo da Agricultura Familiar e a busca da alimentação saudável adequado aos alunos. O conselheiro Mucio fala que tem interesse em participar da reunião do Controle Social. A conselheira Ellen pede a palavra e fala que gostaria de ter acesso aos documentos das escolas das áreas rurais, pois a maioria delas são anexos das escolas localizadas na área urbana, e diz que é importante pontuar se esses alunos da área rural também estão recebendo a alimentação, e muitas vezes passa-se despercebido nessas informações, fala que em 2015 foi aprovado a Resolução 2820 que dispõe das diretrizes estaduais da educação do campo, e essas diretrizes foram construídas com o Decreto Federal de 2020, que institui a Política Pública da Educação no Campo, e nessa diretriz estabelece que, a escola localizada em área rural ou não, mas que atende em sua maioria, alunos da área rural, serão recatalogadas como do campo, e dentro da SEE temos a Coordenação Permanente de Educação no Campo, e de acordo com essa coordenação, hoje no estado, essas escolas foram recatalogadas chegando em um total de 670, com a nomenclatura do campo, portanto, além dessas escolas que podem ser anexos das escolas urbanas, ainda tem mais essas 670 que podem ser recatalogadas como sendo do campo. A Presidente Célia pede à Secretária Executiva Janete que encaminhe Ofício para SEE, com urgência, solicitando essas informações mediante questionamentos da conselheira Ellen. E solicita que a Secretária Executiva Janete retome a palavra, a qual passa a falar do último ponto de pauta que é Assuntos Gerais: Processo Sei : 1260.01.0034334/2021-90 -Plano de Ação, que foi reiterado com Ofício 60/ de 18 de outubro de 2021, para o Gabinete, sem resposta; Processo SEI: 1260.01.0108224/2021-59 - Portal da Transparência, Ofício 59/ de 03/11/2021, sem resposta, sobre valores apresentados no Portal, que divergem do apresentado no SIAFI; Processo SEI: 1260.01.0069620/2020-08, sobre nomeação de conselheiros representantes da FASPA(Ofício 82/ 13 de novembro de 2020) em andamento, aguardando finalização e representante indígena ( Ofício 54/ de 07 de

outubro de 2021); Processo de atualização Legislação CAE/MG. SEI 1260.01.0051190/2021-05, já foi encaminhado para o Jurídico, e estamos aguardando, pois foram feitas algumas pontuações, e está também na SPF. Nesse momento, o convidado Rodrigo Marçal pede a palavra e pergunta se há algo que deve fazer algo em relação a essa nomeação. A Secretária Executiva Janete responde à ele que não, só estamos esperando a assinatura do Governador e publicação do Ato de Nomeação. Processo SEI: 1260.01.0108219/2021-97, quanto à participação efetiva dos conselheiros nas reuniões (Ofício 58/ de 18 de outubro de 2021), encaminhado aos conselheiros no dia 04 de novembro de 2021 por e-mail; encaminhado e-mail para escola indígena para indicação de nome, a diretora tem interesse, porém está com dificuldades para reunir o Colegiado e formalizar o processo. Encaminhado e-mail para os conselheiros com resposta do Processo SEI 1260.01.0068706/2021-45, Resposta Ofício SEE/CAE nº. 40/2021, sobre o retorno das aulas ( em 13/10/2021), com Memorando, com respostas de quais procedimentos adotados pela SEE e que serão adotados e quais orientações foram dadas às escolas, seguindo a Ordem de Serviço 01/2021, que visava procedimentos operacionais deveriam ser seguidos pelos gestores escolares e pelo serviço de inspeção escolar, quais os cuidados as escolas deveriam ter com o retorno das aulas presenciais, quanto à organização do ambiente escolar e segura das atividades, me nesse mesmo documento foi orientado que todas as unidades deveriam dar andamento na organização do ambiente escolar por meio de execução de atividades descritas no check list enviado, priorizando as escolas do ensino fundamental dos anos iniciais, e contém um tópico específico para os cuidados com os refeitórios, fala ainda sobre o Memorando que a SA encaminhou com as orientações da continuidade da distribuição dos Kits escolares e fornecimento de alimentação para os alunos que estiverem presencialmente na escola, fala também sobre como se adaptar à nova realidade diante da pandemia, diz que foi encaminhado toda essa documentação para os conselheiros, fala também do Memorando 33/SEE, com revisão dos protocolos de segurança que deverão ser adotados pelas escolas, e nesse documento há um link para acessar a nova versão (<https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Protocolo%20Sanit%C3%A1rio%20-%204%C2%AA%20vers%C3%A3o%20-%20setembro%20de%202021.pdf>), e no tópico 6, é trazido os cuidados com as cantinas, foram essas as informações repassadas ao Conselho sobre o retorno das aulas. O conselheiro Mucio pede a palavra para falar que, agora as aulas não são mais híbridas, então a preocupação é ainda maior. E precisamos ter respostas breves para qualquer situação adversa que surgir. E também que os conselheiros retornem a participar das reuniões, pois muitos deixaram de participar devido à pandemia, e fala também sobre a presença do futuro conselheiro Rodrigo Marçal, dando boas-vindas a ele. Recebemos também comunicado da CGE sobre o site do Portal dos Conselhos e inserção de documentos e diz que a servidora Júnia, que faz parte da Equipe Executiva, atualizou tanto o site do CAE quanto do FUNDEB e também do Portal dos Conselhos, estando em dia os documentos solicitados. Encaminhamos também o Ofício 62, referente à denúncia de escola do Bairro Caiçara, onde a RT Tatiene trouxe informações sobre essa denúncia, informando que a mesma procedia, mas que foi regularizada a situação, e posteriormente a SEE encaminhou documento informando que a denúncia não procede, porém sem resposta até o momento. Recebemos e-mail da RT Tatiene, sobre a disponibilidade dos Cardápios no site da SEE/MG, o que foi encaminhado para todos os conselheiros. Link para acessar os cardápios (<https://www2.educacao.mg.gov.br/parceiro/publicacoes>). Recebemos Convite da ALMG, Consulta Pública, sobre o PPAG 2020-2023, e encaminhamos para os Conselheiros. Recebemos da Presidente Célia, e-mail sobre Agenda de Visitas às escolas para os meses de outubro, novembro e dezembro. A Presidente Célia pede a palavra e fala sobre a dificuldade da SEE liberar veículo para visitas às escolas, e diz que o Estado está dificultando o trabalho do Conselho, a Secretária Executiva Janete fala que a frota de veículos estava reduzida e faltava motoristas e que está sendo realizado processo para a aquisição de novos veículos, porém a falta de peças nas

montadora estão atrasando o processo de compras desses veículos para a SEE, segundo informações repassadas pelo servidor Rafael, do setor de Transportes. A conselheira Maria Helena pergunta se está tudo certo com suas diárias para visitas em Belo Horizonte dos dias 08/11/2021 a 12/11/2021, e a servidora Júnia da Equipe Executiva, que é quem faz as solicitações no SCDP e no SEI responde que sim. A Secretária Executiva Janete diz que como último ponto de pauta temos o monitoramento do CECANE de Viçosa, que ocorrerá entre os dias 23/11/2021 a 26/11/2021, referente à execução do PNAE 2021, e pergunta à Presidente Célia se será possível a participação dela, já que nesse mesmo período ela estará em visita na cidade de Januária. E fala sobre a necessidade da assinatura das Atas que já foram aprovadas, ficando somente a ata dessa reunião. Sem nada mais a acrescentar, a Presidente Célia agradece a presença de todos. E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião e eu, Janete Gonçalves, Secretária Executiva do Conselho, juntamente com minha equipe, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelos conselheiros presentes. Belo Horizonte, 04 de novembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Josiane Maria Pascoal de Moura, Conselheiro(a)**, em 15/12/2021, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuzete Fátima de Lima, Conselheiro(a)**, em 15/12/2021, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Umbelina da Conceicao Rodrigues, Conselheiro(a)**, em 15/12/2021, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tannia Aparecida da Silva Oliveira, Conselheira**, em 15/12/2021, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mucio Alberto Cordeiro Alves, Conselheiro**, em 15/12/2021, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thais Ferreira de Alencar Freitas, Conselheiro(a)**, em 15/12/2021, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Ersinzon, Nutricionista**, em 15/12/2021, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Caldeira de Paula Ricardo, Conselheiro(a)**, em 16/12/2021, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janete Gonçalves, Secretário(a) Executivo(a)**, em 22/12/2021, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Helena Gabriel, Conselheiro(a)**, em 04/01/2022, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Oliveira Souza de Souza, Conselheiro(a)**, em 12/04/2022, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Batista Nascimento, Conselheiro(a)**, em 27/04/2022, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Célia de Lima Carvalho, Servidor (a) Público (a)**, em 06/05/2022, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Ellen Vieira Santos, Conselheira**, em 16/05/2022, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **39172024** e o código CRC **E06D8F8F**.

---

Referência: Processo nº 1260.01.0128407/2021-64

SEI nº 39172024